



ENCUENTRO INTERNACIONAL
**DEL PARLAMENTO
JUVENIL MERCOSUR**

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DO PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL

28, 29 e 30 de outubro, Cidade Autônoma de Buenos Aires.





Participação cidadã

- Fortalecer os Conselhos de Participação Estudantil. Isto é essencial para proporcionar um espaço juvenil onde a participação e a troca de informações e ferramentas sejam eficazes para fazer valer o direito dos alunos à participação e expressão. Esta área teria a função de receber propostas, representar criticamente e defender as vozes dos jovens, além de propor, intervir e contribuir nas questões e medidas educativas que lhes dizem respeito. A verdadeira riqueza da educação advém do interesse e da paixão dos jovens, mas para estimular isto é essencial promover e facilitar a participação para o desenvolvimento de ferramentas e competências.
- Fortalecer o alcance do PJM para todos os ensinos médios dos países do Mercosul para que possam participar de todas as instâncias do programa, isso é fundamental para termos maior alcance dos jovens e o enriquecimento com diversas realidades, promovendo competências como a tolerância, debate e autocrítica.
- Criar um Fórum do Parlamento Juvenil do Mercosul, onde se reúnam parlamentares e ex-parlamentares. Promovendo assim uma rede internacional de informação e comunicação, enriquecendo a comunicação entre eles e gerando maior divulgação do programa. Além de permitir que os parlamentares acompanhem as propostas.
- Implementar aulas de educação sobre políticas gerais livres de fanatismo, dirigidas aos estudantes, gerando o desenvolvimento político e social dos jovens, promovendo o pensamento crítico e a participação juvenil.
- Implementação e fortalecer do voto juvenil de forma facultativa após recepção das informações necessárias. Consciência da importância do sufrágio e da democracia.



- Gerar atividades sociocomunitárias, socio-econômicas, recreativas e artísticas, para promover a participação juvenil em diversas áreas. Que seja replicado em instâncias escolares e regionais.
- Implementação de oficinas mensais para alunos do ensino médio e docentes onde são discutidos temas psicossociais ou de saúde relevantes, como bullying, ansiedade, depressão, primeiros socorros, drogas, entre outros.

Jovens e trabalho

- Implementar oficinas periódicas de orientação profissional com o objetivo de que os jovens aprofundem os seus interesses, competências e se familiarizem com possíveis ofícios e/ou profissões.
- Divulgar informações por meio de diferentes meios de comunicação, como páginas da web, redes sociais, entre outros; palestras informativas e oficinas, com o objetivo de dar a conhecer as oportunidades educacionais existentes, para acesso e alcance de todos.
- Incluir progressivamente a educação financeira, com o intuito de ajudar os alunos a tomar decisões financeiras diárias de forma mais informada.
- Promover a inovação com o objetivo de promover socialmente o empreendedorismo.
- Realizar instâncias de discussão das TIC, garantindo assim que os jovens adquiram ferramentas de informação e comunicação, necessárias para enfrentar as novas exigências do mundo atual.
- Fortalecer o conhecimento dos estudantes sobre seus direitos trabalhistas, exigindo que sejam respeitados, representados e priorizem sua educação.



- Incluir transversalmente as competências socioemocionais como ferramenta fundamental para ser apto na sociedade e fortalecer capacidades.
- Promover programas que permitam aos jovens ter flexibilidade para continuar a sua educação e trabalho, compreendendo as realidades e necessidades do aluno.
- Expandir a todos os setores do ensino secundário a oportunidade de acesso a estágios, de acordo com a orientação, tanto em organizações públicas como privadas, sendo facultativos. Destacar o valor da experiência adquirida, bem como priorizar que as referidas sejam desenvolvidas no âmbito do conceito de trabalho digno.

Gênero

- A comissão de gênero decide reivindicar propostas anteriormente levantadas em instâncias internacionais.
- Impulsionar a educação sexual integral, baseada no gênero como disciplina obrigatória no ensino secundário, tem que ir além da oficina, deve ser aulas com horários e avaliações. Garantir a implementação da Lei Nacional na Argentina N26.150 “Lei de Educação Sexual Integral”, bem como garantir a Lei Geral de Educação N 18.437 que especifica em seu art.40 a educação sexual como uma das linhas transversais que o sistema nacional de educação deve contemplar no Uruguai e motivar outros países do Mercosul a implementar medidas desta natureza, bem como implementá-los imediatamente no campo da educação.
- Promover a implementação de uma equipe multidisciplinar que inclui o apoio de um psicólogo, um psicopedagogo, uma assistente social e uma referência em educação sexual, as quais são treinadas para a execução da



arefa e que estão envolvidas com os alunos. Isto é devido a que as mulheres estão expostas a uma sociedade patriarcal, que coloca-as todos os dias em risco pela violência sistematizada e diversos tipos de micro violências ,então precisamos proteger ainda mais a nossa saúde física e mental.

- Fornecer em todas as instituições produtos básicos de higiene menstrual gratuitos e acessíveis, assim como instalações que tenham a limpeza necessária e também a privacidade, apoio e compreensão dos funcionários e das funcionárias neste ciclo.
- Fortalecer o programa do ensino médio e em escolas técnicas que façam a inclusão de meninas e adolescentes, incluindo no currículo as mulheres que alcançaram grandes mudanças positivas na sociedade, incentivando então ainda mais mulheres a seguir carreiras e alcançar uma sociedade melhor. Em áreas como ciências, tecnologia, engenharias, artes e matemática e na área das ciências agrícolas. Segundo as Nações Unidas, está comprovado que o empoderamento feminino estimula a produtividade e o crescimento econômico.
- Assegurar que as jovens mães tenham a possibilidade de continuar estudando. A UNESCO estabelece que o direito à educação de qualidade está diretamente ligada à Declaração dos Direitos Humanos e a muitos outros instrumentos normativos internacionais,a partir disso propõe-se que as mulheres mães também tenham acesso a uma educação adaptada à sua situação, assim fornecendo a elas uma educação de qualidade, devendo também ser incentivada a tolerância e a flexibilidade nas atribuições, contemplando por sua vez a semi presença.
- Efetuar testes psicológicos prévios à eleição do cargo de professor e formação com perspectiva de gênero, prevenindo assim algum tipo de



comportamento abusivo. A UNESCO disserta sobre acabar com a violência e o assédio na educação: "Nenhum país pode alcançar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para crianças e adolescentes se os seus alunos forem vítimas de violência e assédio nas escolas".

- Comprendemos e entendemos que para concretizar estas propostas é necessária uma melhor gestão orçamental para a sua correta distribuição. A educação é transformada entre todos e todas.

Direitos Humanos

- Assegurar uma alimentação segura e baseada em parâmetros nutricionais para todos os estudantes sem exceção. Para que este objetivo aconteça é necessário uma estrutura de qualidade, programas governamentais e investimentos em bancos alimentares. Como exemplo, o programa brasileiro PNAE 'Programa Nacional de Alimentação Escolar' que compra a produção agrária de pequenos produtores e distribui nas escolas assim alimentando crianças e adolescentes em idade escolar.
- A implementação de centros de atendimento médico em escolas. Nas localidades na qual será abordado atendimentos mentais, consultas e atendimento odontológico. Para que isto aconteça é necessário a valorização do profissional da saúde pública, e especialistas que forneçam espaços seguros de atendimento psicológico, psicopedagógico e social para estudantes, assim garantindo a saúde a todos.
- Garantir transporte para zonas remotas, rurais e fronteiras de países para toda população em geral, especialmente estudantes em busca de um ensino melhor. Então propomos estabelecer um sistema gratuito que garanta o acesso a centros educativos, localidades habitacionais e centros médicos através de ônibus e vans que os levem e tragam as suas respectivas resistências. Dessa forma evitando a evasão escolar,



diminuindo o analfabetismo além de garantir o transporte aos que necessitam.

- Implementar sistemas de segurança nas instituições de ensino é necessário para proteger alunos, professores, funcionários e o ambiente de aprendizagem. Estes sistemas são essenciais para garantir o direito à segurança e criar um ambiente seguro para o desenvolvimento educacional. Propomos métodos graduais ao tipo de perigo a que o centro educativo está exposto, como instalação de câmeras de segurança, identificação dos alunos, uniformes obrigatórios e postos de controle no local. Além da segurança em instituições educacionais é necessário sua implementação em cidades de todo Mercosul assim garantindo a segurança de pessoas em diferentes localidades.
- Assegurar o exercício dos direitos estudantis, conscientizando sobre os direitos humanos desde os anos iniciais a partir da divulgação de conteúdos curriculares, formações de oficinas, folhetos, palestras, mídia, atividades dinâmicas e recreativas, através de uma plataforma online para um maior alcance.
- Criar uma plataforma online, onde ocorreriam debates e discussões sobre os direitos humanos a fim de divulgar para o público seus direitos. Essa plataforma aconteceria de uma forma dinâmica, com conteúdos curriculares, formações, oficinas, projetos, folhetos e palestras. Através da mesma esses direitos teriam mais visibilidade, assim fazendo com que todos tenham consciência de seus direitos. Ela também serviria para tratar de assuntos como o PJM (Parlamento Juvenil do Mercosul), debatendo e discutindo novas propostas para futuros encontros, isso faria com que tivesse mais visibilidade, a fim de chamar a atenção da população para os problemas sociais. Assim possibilitando a discussão de temas além dos direitos humanos abordados pelo PJM. Portanto, a plataforma online serviria de instrumento para a formação de jovens conscientes sobre seus direitos, fazendo com que eles saibam e ensinem aos outros.



- Incluir a importância da agropecuária no eixo curricular estudantil e projetos para implementação de cursos, palestras informativas que seja dirigidos jovens em idade escolar a fim de despertar o interesse a indústria agrícola do Mercosul, desmistificar crenças sobre alimentos e meios de produção, ressaltar a importância da agricultura sustentável e seus benefícios à sociedade e o meio ambiente. Esta abordagem deve ser incorporada em instituições educacionais desde os primeiros anos com utilização de formas práticas e teóricas de aprendizado como exemplo uma horta comunitária onde estudantes desenvolveram melhor coordenação motora e raciocínio lógico. Esta prática poderá ser aplicada em grupos indígenas, quilombolas e outros grupos originários, além de povos que residem em propriedades rurais onde há crianças em situações de vulnerabilidade, promovendo a produção de alimentos próprios, para evitar desastres humanitários como por exemplo o povo yanomami que sofreu a morte de parte de seu povo por desnutrição.
- Incorporar o eixo ambiental no programa PJM e em todos os países do Mercosul por ser considerado um tema relevante a ser trabalhado devido aos atuais problemas que ameaçam ao ambiente.

Integração regional

- Incluir um tópico dedicado à integração regional, abordando a metodologia e eventos do MERCOSUL, tratados internacionais e outras iniciativas de integração no currículo dos estudantes.
- Propor uma maior integração das línguas originárias no currículo das escolas de ensino fundamental e médio, bem como promover o aprendizado integral da língua portuguesa. Além disso, busca-se a disponibilização de aplicativos oficiais do MERCOSUL para facilitar a tradução e o aprendizado de línguas.



- Desenvolver e implementar uma plataforma de estudos semelhante ao Crea 2 no Uruguai ou ao Moodle no Brasil, com o propósito de permitir que todos os alunos do MERCOSUL estudem e compartilhem conhecimentos de forma eficaz. Além disso, proporcionar um acesso simplificado à plataforma por meio de identificação pessoal, como cédula de identidade, CPF e DNI (Documento Nacional de Identidade).
- Implementar um programa de intercâmbio cultural e esportivo que integre estudantes de diferentes países do MERCOSUL, fortalecendo laços entre os jovens por meio de atividades esportivas e competências educacionais.
- Estabelecer uma rede de ônibus que opere entre o Brasil e o Uruguai, facilitando a mobilidade de estudantes e promovendo a integração educacional, com ênfase em cursos binacionais oferecidos por instituições como o IF (Instituto Federal do Brasil), UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay) e UTEC (Universidad Tecnológica del Uruguay).
- Expandir a participação no Parlamento Juvenil do MERCOSUL, permitindo a inclusão de países associados, como a Bolívia, a Colômbia e outros interessados.
- Implementar um programa de bolsas de estudo que permita aos estudantes viajar para países do MERCOSUL, conhecer suas culturas e participar de atividades acadêmicas e culturais, com avaliações para medir a compreensão do estudante em um ambiente multicultural.
- Fortalecer a cooperação entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai por meio da ampliação das instituições binacionais, melhorando o marco legal que as governa.
- Estabelecer um novo acordo de cooperação entre Brasil e Uruguai que permita não apenas cursos técnicos binacionais, mas também cursos de graduação, ampliando a oferta de programas educacionais para brasileiros e uruguaios na região de fronteira.



Inclusión educativa

- Firmar acordo entre os ministérios nacionais dos transportes e da educação com o objetivo de desenvolver e/ou criar uma passagem estudantil a fim de garantir transporte local gratuito a todos os alunos (a) e professores (as) de todos os níveis de ensino, garantindo que chegue à sua instituição de ensino a partir do Mercosul em todos os países integrantes do bloco.
- Implementar jornadas de informação e/ou debate (a cada 15 dias) em escolas públicas e privadas, onde os/as jovens abordem problemas, tais como: questões locais, diversidade sexual e de gênero, conhecimento e reconhecimento dos povos indígenas e afrodescendentes, onde todos as/os alunos do Mercosul, independentemente de sexo, etnia ou gênero, possam se expressar.
- Fortalecer e/ou garantir a prática do quadro educacional proposto pela organização internacional UNICEF (DUA) que inclui: diferentes formatos de representação (como materiais em Braille para pessoas com deficiência visual), múltiplas opções de ação e expressão, e diversas formas de participação, uma vez que as/os alunos se sentem motivados a adquirir conhecimentos de uma forma diferenciada.
- Incorporar as instituições uma equipe com profissionais de saúde mental (incluindo profissionais da psicologia, psicopedagogia e assistência social) que acompanhe tanto os/as estudantes como os/as docentes.
- Criação de creches gratuitas em um raio próximo às instituições educativas, com horários flexíveis em todas as cidades do país. Para isso, cita-se a regulação do modelo da República Oriental do Uruguai, que consiste na flexibilidade das/dos alunos nos centros educacionais da ANEP (Administração Nacional da Educação Pública) e nas soluções de



acolhimento das crianças (Resolução CODICEN de 13/12/17, Minuta 84, solução 1 e Lei da Educação N° 18.437/009, Artigo 74).

- Garantir a implementação e/ou reforço de bolsas financeiras para os alunos que delas necessitem por motivos diversos, como o abandono escolar, independentemente de gênero ou origem étnica. Tomar como modelo o PROG.R.ES.AR. Programa de Respaldo a Estudantes da Argentina.
- Avaliação do desempenho discente por profissionais da educação e da psicologia. Desta forma, a eficácia do sistema educativo é garantida.